

SUZANIR FERNANDA MAIA

**O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Universidade Católica Dom Bosco/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas/ Curso de Serviço Social, como exigência parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr^a Mariluce Bittar.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPO GRANDE – MS
NOVEMBRO/2006**

SUZANIR FERNANDA MAIA

**O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NA NIVERSIDADE
CATÓLICA DOM BOSCO**

**COMISSÃO JULGADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Presidente e

Orientador _____

2º Examinador (a) _____

3º Examinador (a) _____

Campo Grande – MS, 03 de Novembro de 2006.

MAIA, Suzanir Fernanda. O impacto da implantação do Programa Universidade Para Todos (ProUni) na Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Este trabalho analisa, do ponto de vista teórico e prático, o Estágio Supervisionado realizado no Departamento de Apoio Comunitário da Universidade Católica Dom Bosco e tem como objetivo geral identificar qual foi o impacto da implantação do Programa Universidade Para Todos (ProUni) na UCDB. Procurou-se demonstrar que a extinção da Bolsa Social acarretará na diminuição de interessados em ingressar nos Cursos de graduação da UCDB. Embasamos teoricamente na teoria dialética, em autores que identificaram pontos positivos e negativos do ProUni e sobre as políticas públicas no Brasil. A pesquisa desenvolveu-se por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com Assistentes Sociais do Departamento de Apoio Comunitário da UCDB e com Diretores (Financeiro e Comunitário) da Instituição. Também realizamos análise de documentos do Departamento de Apoio Comunitário sobre o Programa, bem como a Lei Federal 11.096 de 13/01/2005 que regulamentou o ProUni. Pudemos comprovar que ocorreu uma significativa diminuição no número de beneficiados com a extinção da Bolsa Social; em contrapartida houve a regulamentação de outras instituições que obtinham o título de filantropia. Também verificamos que o ProUni necessita ser reorganizado para realmente se concretizar como uma política de inclusão social e a importância do Assistente Social na implementação do ProUni para a análise socioeconômica do candidato ao benefício.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social; ProUni; Bolsa Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NUMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA – O CASO DA UCDB.....	12
1.1. Características da UCDB como Universidade Comunitária	12
1.2 O ProUni na UCDB e a Bolsa Social.....	20
1.3. Definindo o Programa Universidade Para Todos – ProUni	26
CAPÍTULO II – O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROUNI NA UCDB	31
2.1. Os perfis dos acadêmicos usuários da Bolsa Social e do ProUni	31
2.2. Desafios do trabalho do Serviço Social.....	35
2.3. Impacto da implantação do ProUni na UCDB.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico I –.....

Gráfico II –

Gráfico III –.....

Gráfico IV –.....

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais, Odair e Soeli, pela dedicação e amor oferecidos durante toda a minha vida, em todos os momentos, mesmo estando distantes.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, que me presenteou com a vida e com as possibilidades de realizar o sonho de ingressar na Universidade.

Aos meus pais, Odair e Soeli, primeiros Mestres em minha vida, que mesmo distantes transmitiram força e carinho nas dificuldades. Educadores eternos cujo conhecimento que adquiri com eles permanecerá comigo para todo o sempre.

Aos meus irmãos, Suzana e Idney, pela amizade e carinho transmitidos pelo conforto de seus abraços nos dias de encontro e pelo som da voz ao telefone.

À Professora Mariluce Bittar, pela paciência, dedicação e sabedoria presentes em todas as orientações.

Aos Amigos que me ofereceram o conforto de seus lares possibilitando minha permanência nesta cidade para a conclusão do curso, o meu muitíssimo obrigada!

Aos Amigos que me doaram momentos de amizade verdadeira no conforto de seus abraços ou no sussurrar de palavras doces, fortalecendo-me nos momentos difíceis, muito obrigada!

À Equipe do Departamento de Apoio Comunitário da UCDB pelo conhecimento transmitido que possibilitou-me vislumbrar o perfil do profissional que devo ser, o meu muito obrigada!

Aos Mestres do Curso de Serviço Social, que dedicam seus dias na formação de profissionais competentes, o meu muito obrigada!

Aos Amigos da E.E. Profª Fausta Garcia Bueno que souberam compreender minhas ausências e pelo carinho, o meu muito obrigada!

A construção de uma sociedade mais justa e fraterna passa, necessariamente pela igualdade de oportunidades, sobretudo nas áreas de educação e saúde. (Sofiatti, 1995, p.1)

INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos, as transformações socioeconômicas tornam-se constantes e o aperfeiçoamento intelectual é cada vez mais requisitado para novas perspectivas profissionais e as exigências do mercado de trabalho levam as pessoas a procurarem (ainda uma minoria) os bancos acadêmicos, quer seja de instituições públicas ou privadas (filantrópicas ou não). Desde 1990, a incidência de acadêmicos matriculados em Instituições de Educação Superior – IES, privadas era de 75% e apenas 25% nas universidades públicas (NEVES, 2004), o que poderia estar relacionado à decadências das IES públicas e a expansão das universidades ou centros de educação privados.

Com a premissa de democratizar a educação superior, o governo federal iniciou em 2004, a Reforma da Educação Superior que tem como principais objetivos o fortalecimento da universidade pública, impedimento da mercantilização da educação, garantir a qualidade no ensino e construir uma nova gestão democrática. Como parte da meta da Reforma Universitária foi criado, em 2004 e regulamentado em 2005, por meio da Lei 11.096, o Programa Universidade Para Todos – ProUni, oferecendo bolsas de estudos parciais ou integrais em instituições privadas de educação superior (com ou sem fins lucrativos), para cursos de graduação e seqüenciais. A bolsa integral é destinada àqueles que possuem renda familiar per capita não superior a $1 \frac{1}{5}$ salários mínimos e a parcial é designada àqueles cuja renda per capita não exceda três salários mínimos. Seguindo os critérios deste Programa as IES filantrópicas devem oferecer 20% das vagas existentes em bolsas integrais para os alunos provenientes do ProUni e as IES com fins lucrativos e as não filantrópicas devem destinar 10% de suas vagas em troca de isenção de alguns impostos. (MEC, 2005)

A implementação do ProUni não respeitou os programas e projetos das IES filantrópicas que, em grande parte, já ofereciam algum tipo de benefício aos seus acadêmicos além dos serviços públicos prestados à população em geral, por seus vários programas e projetos de extensão tais como: fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional, assessoria jurídica, assistência social entre outros.

Caracterizada como uma Instituição filantrópica sem fins lucrativos de caráter confessional e comunitário a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, oferecia até o ano de 2005 além dos serviços públicos à comunidade em geral por meio dos diversos projetos e

do Complexo NUPRAJUR – Núcleo de Prática Jurídica e das Clínicas Escola, cerca de 1500 bolsas de estudos de percentuais variados por meio da Bolsa Social. Com a instituição do ProUni a Universidade Inicia um processo de extinção da referida Bolsa já que seria impossível, financeiramente seguir com as duas modalidades de benefício.

As ações governamentais são contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que se propõem a democratizar o acesso ao ensino superior não analisa ou não considera os projetos que já vinham sendo realizados em algumas IES filantrópicas, em especial na UCDB.

Diante dessa realidade indagamos: “qual o impacto da implantação do *ProUni* na UCDB?”

Inseridos no cotidiano do Departamento de Apoio Comunitário acompanhamos o processo de transição da bolsa social para o ProUni como observadores participantes. Por meio das entrevistas realizadas nos dois processos, distintamente, pudemos notar que as dificuldades apresentadas pelos acadêmicos são praticamente as mesmas, contudo, o processo de seleção para os benefícios se difere o que por sua vez acarreta uma queda significativa no número de acadêmicos beneficiados se compararmos os bolsistas do ProUni com aqueles que recebem ou recebiam, o benefício da Bolsa Social.

Por que um Programa que tem como premissa “democratizar o acesso ao ensino superior” tem critérios de elegibilidade que não acompanham as dificuldades da população alvo? O ProUni não estaria excluindo estudantes ao acesso à educação superior do que buscando realmente a inclusão daqueles? Porque a implantação do ProUni não considerou os projetos e programas de bolsas de estudos já desenvolvidos nas Instituições de Educação Superior?

Com o objetivo de verificar o que representou, para a UCDB, como Universidade Comunitária (filantrópica e sem fins lucrativos) a implantação do ProUni é que desenvolvemos essa pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso.

No primeiro capítulo abordaremos os aspectos gerais e específicos ao definir o ProUni como uma política pública Assistencial e educacional, considerando suas vertentes acadêmica, assistencial e financeira, bem como refletindo sobre o Programa como uma ação afirmativa. Também neste capítulo caracterizaremos a Universidade Católica Dom Bosco como uma Instituição Comunitária, Confessional e sem fins lucrativos explicitando suas particularidades por meio de um breve histórico de sua inserção em Mato Grosso do Sul. Tendo como base o Programa de Assistência ao Acadêmico desenvolvido na UCDB

denominado Bolsa Social, faremos uma análise sobre o ProUni na UCDB e a Bolsa Social, comparando número de beneficiários e o processo de seleção dos referidos Programas.

No segundo capítulo traçaremos os perfis dos acadêmicos usuários do ProUni e da Bolsa Social evidenciando as características que se destacam nas duas fichas de inscrição e seleção, refletindo também nesse capítulo sobre os desafios do trabalho do Serviço Social diante das respectivas demandas que se impõem nos processos seletivos e qual foi o impacto da implantação do ProUni na UCDB, que foi o nosso objeto principal de pesquisa.

Nas considerações finais analisaremos alternativas para o aprimoramento do ProUni como política pública.

Os dados levantados neste Trabalho de Conclusão de Curso foram resultado de uma pesquisa quanti-qualitativa realizada neste ano com as duas Assistentes Sociais que trabalham no Departamento de Apoio Comunitário da UCDB – responsáveis pelo atendimento ao acadêmico, com a Diretora de Assuntos Comunitários da UCDB e com a Diretora do Departamento Financeiro da referida Instituição, analisando os relatos orais dos entrevistados para caracterizar a realidade estudada.

Utilizamos também dados estatísticos do Departamento de Apoio Comunitário da UCDB para complementar as informações, demonstrando a importância desses dados quantitativos para o desenvolvimento desta pesquisa.

As pesquisas bibliográficas orientaram-nos quanto à fundamentação teórica do Serviço Social permitindo uma análise crítica e coesa da realidade pesquisada.

CAPÍTULO I

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI NUMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA – O CASO DO UCDB

1.1. CARACTERÍSTICA DA UCDB COMO UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.

A Universidade Católica Dom Bosco, caracteriza-se como uma instituição de Educação Superior, particular, de caráter comunitário, sendo sua mantenedora a Missão Salesiana de Mato Grosso. (UCDB, 2006)

Em 1961, foi instituído em Campo Grande, o primeiro Centro de Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a Faculdade “Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras” – FADAFI, com cursos de Pedagogia e Letras, voltados para a formação de educadores, orientadores e agentes de transformação da sociedade mato-grossense.

Em decorrência do compromisso assumido junto ao povo mato-grossense, os Salesianos marcaram sua presença e orientaram sua ação no sentido de corresponder aos anseios e necessidades dessa comunidade.

Como resultado desse processo de trabalho e ação concreta, gradativamente, a Missão Salesiana foi criando novas Faculdades: a Faculdade de Direito – FADIR, em 1965; a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração – FACECA, em 1971; a Faculdade de Serviço Social – FASSO, em 1972 e assim os cursos de História, Geografia,

Ciências (Biologia e Matemática), Filosofia, Psicologia e Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau, que foram, paulatinamente integrados a FADAFI, que já possuía cursos de Pedagogia e Letras. (UCDB, 2006)

Com vistas à criação de uma futura Universidade, a Missão Salesiana solicitou junto ao Ministério de Educação e Cultura – MEC a integração das Faculdades, com o um Regimento Unificado, surgindo assim as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT.

A fonte legal que deu origem às Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso foi o Parecer nº. 1.901/75 aprovado pelo Conselho Federal de Educação na Sessão Plenária de 06 de Junho de 1965, julgado o Processo MEC nº 17969/70 (c.f. Documenta, nº 175, p. 313), sendo seu diretor geral o Pe. José Scampini. (UCDB, 2006)

Situada na região centro-oeste, fazendo fronteira com o Paraguai e a Bolívia, com todas as riquezas e contradições que a envolve nos campos social, político, econômico e cultural, a FUCMT se fez presente, como lugar de desenvolvimento de saber acadêmico e técnico-profissional voltado à permanente inserção nessa realidade.

A FUCMT faz uma reflexão histórica de sua caminhada profundamente marcada pelo sentido comunitário e sob a confluência histórica de vários fatores, entre outros o interesse da Missão Salesiana em servir melhor a clientela – demanda para ao ensino superior. O propósito dos salesianos era de se fazerem presentes, com a universidade em meio à juventude sul-mato-grossense.

Em 20 de dezembro de 1989, a Missão Salesiana protocolou junto ao Conselho Federal de Educação a sua Carta – Consulta requerendo a transformação pela via do reconhecimento da Universidade Católica Dom Bosco. A referida Carta-Consulta foi aprovada pelo parecer nº000113 em 21 de Fevereiro de 1991 e iniciou-se a fase de acompanhamento da Instituição para comprovação de seu amadurecimento acadêmico e administrativo. Com a portaria nº 1.547 do Ministério da Educação e cultura, em 27 de outubro de 1993 a FUCMT transforma-se em Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, sendo instalada solenemente em 18 de novembro do referido ano.

Com base no trinômio Razão, Religião e Amabilidade, a doutrina do grande educador Dom Bosco continuaram norteando a ação educativa-social da UCDB por meio da Pedagogia Salesiana caracterizada pelo Sistema Preventivo de Dom Bosco que tem por finalidade formar

“competentes profissionais, homens e cidadão conscientes e comprometidos cristãos”(UCDB, 2006).

Mas o que é uma Universidade Comunitária?

De acordo com Wanderley:

Num passado não tão remoto, com a finalidade de se distinguir das instituições privadas lucrativas, um subconjunto de entidades particulares – sem fins lucrativos – fez esforços no sentido de serem caracterizadas por um perfil diferenciado. Paulatinamente, com a aceitação dessa identidade nas próprias comunidades e, depois, legitimada pelos órgãos do MEC, elas ficaram conhecidas como ‘filantrópicas e comunitárias’. E no caso das católicas e protestantes, como um atributo a mais, ou seja, de ‘confessionais’. (2006, p.84)

Juridicamente falando, as universidades estão divididas em dois segmentos distintos, de acordo com a sua organização, podendo ser Públicas e Privadas. Segundo expresso no site no Ministério de Educação e Cultura as Instituições de Educação Superior definem-se como:

Instituições Públicas são criadas e incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e estão classificadas em:

Federais – mantidas e administradas pelo Governo Federal;

Estaduais – mantidas e administradas pelos governos dos estados;

Municipais – mantidas e administradas pelo poder público municipal.

Instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e dividem-se, ou organizam-se, entre instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos.

Podem se organizar como:

1) Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em Sentido Estrito são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Sua vocação social é exclusivamente empresarial.

2) Instituições privadas sem fins lucrativos, podem ser, quanto a sua vocação social:

2.1) Comunitárias – Incorporam em seus colegiados representantes da comunidade. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

2.2) Confessionais – Constituídas por motivação confessional ou ideológica. Instituídas por grupos de pessoas jurídicas que atendam á orientação confessional e ideológica específicas;

2.3) Filantrópicas – Aquelas cuja mantenedora, sem fins lucrativos, obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social. São as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem á disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração. (MEC, 2006).

A Universidade Católica Dom Bosco, caracteriza-se, como dissemos anteriormente, como uma instituição de educação superior, privada de caráter comunitário, sendo sua mantenedora a Missão Salesiana de Mato Grosso. Segundo Bittar:

As universidades comunitárias constituem hoje um segmento distinto no ensino superior brasileiro, cujo surgimento ocorreu quando a sociedade brasileira organizava-se, por meio de suas representações para acompanhar e influenciar o Congresso Nacional às voltas com a elaboração de uma nova constituição para o país. (1999, p 96.)

Por meio de serviços na área de saúde (credenciada ao Sistema Único de Saúde), educação, jurídica e ações desenvolvidas na área da extensão e cultura, a UCDB atende a população de Campo Grande, interior e demais Estados sendo reconhecida por estes serviços. Vanucchi registra o discurso que apresenta as Universidades Comunitárias no cenário político nacional definindo-as como:

Instituições sérias, transparentes, comprometidas com a ética, a qualidade e a preocupação de oferecer, sempre, o melhor a seus alunos e por esse motivo cobram mensalidades. As particulares cobram para crescer e manter a qualidade de ensino, marca registrada do segmento. Não dispomos de subvenções governamentais, mas oferecemos aos alunos e à sociedade, além e formação acadêmica, a possibilidade de crescimento e transformação social. (2003, p.6)

Em sua organização administrativa a UCDB é composta por três órgãos de administração superior: a Chancelaria – responsável pelo zelo dos princípios da doutrina cristã, preservação dos ideais Salesianos e cumprimento do Estatuto Institucional; a Reitoria, que é um órgão executivo, administrativo e supervisor das atividades da UCDB e recebe o auxílio das Pró-Reitorias (Administrativa, Acadêmica e Comunitária) que finalizam esta organização.

A Pró-Reitoria Comunitária, é um órgão executivo que superintende, coordena, fiscaliza e fomenta atividades pastorais, artístico-culturais, desportivas e de lazer, bem como de apoio social, visando a integração da Comunidade Universitária e desta com a Comunidade Local. Localiza-se aqui o Departamento de Apoio Comunitário – DAC que de acordo com o Relatório de Beneficência da UCDB:

Responde às demandas internas da Universidade contribuindo sensivelmente com o atendimento a bolsas de estudo (gratuidade) e demais serviços para acadêmicos sem condições financeiras de sustentação para o término de sua formação universitária. A equipe é formada por profissionais Assistentes Sociais e estagiários da área. É o responsável pela Política de Assistência ao estudante, que está instalada na Universidade. (UCDB, 2005)

Historicamente o Departamento de Apoio Comunitário existe desde a concessão do título de Universidade, sendo construído por meio de um trabalho de atendimento ao estudante com vulnerabilidade socioeconômica que o impossibilitariam de se manter em curso superior. Desde então, vem formando muitos jovens que sem os benefícios oferecidos por este Departamento não teriam condições para cursar a Educação Superior.

As gratuidades oferecidas em conformidade com sua característica jurídica Comunitária são: Bolsa Social¹ - Programa de Bolsa de Estudos da própria Universidade; a Bolsa Universitária – parceria com o Governo Estadual e a Instituição; Bolsa Sidrolândia – parceria da Universidade com o município de Sidrolândia-MS; Bolsa FUNAI – Convênio entre a FUNAI e a UCDB; Bolsa Colaboradores – auxílio da Instituição aos funcionários, professores e dependentes para educação superior e ProUni – Programa Universidade Para Todos do Governo Federal.

A precarização da educação superior pública no Brasil, bem como as transformações do mercado de trabalho que é cada vez mais informal, leva muitos estudantes a procurarem a UCDB. Estudar em escolas públicas ou utilizar o serviço de saúde pública representa, em larga medida, segundo Garcia (2006, p.16) *“se expor a uma qualidade precária e contraditoriamente figurará na lista dos desprotegidos, já que a proteção é adquirida a partir de contratos com agências privadas de educação e saúde”*.

Também, muitos acreditam que por ser uma Instituição Católica deve acolher a todos sem distinção, e, primordialmente, pelos programas de bolsas desenvolvidos pela mesma, que amplamente divulgados, provocam expectativas naqueles que, sem condições de ingressarem em instituição pública de educação Superior e sem poder pagar integralmente as mensalidades das IES Particulares, buscam qualquer recurso para a conclusão de seus cursos.

Pública ou Privada? Pública ou Estatal? Qual é na verdade a diferenciação das Universidades Comunitárias? Vanucchi esclarece ao dizer que:

¹ Atualmente em Processo de Extinção.

Tanto quanto a universidade criada e mantida pelo poder federal, estadual ou municipal, uma Universidade Comunitária também pode, certamente, ser considerada pública, pela lógica do seu funcionamento e pela sua inegável legitimidade social, enquanto existe e opera, legalmente credenciada, regulamentada e supervisionada pelo Governo, para atender ao interesse público, suprimindo, por um custo menor que as instituições estatais, a demanda de muitos pelo ensino superior.(2004, p.6)

A busca pela legitimidade e reconhecimento deste segmento é parte do cotidiano na UCDB que por meio de seus programas e projetos de extensão, prima o atendimento a comunidade local e o fortalecimento do ensino e da pesquisa. Com base nos pensamentos de Dom Bosco em formar “bons cristãos e honestos cidadãos.”

1.2. PROUNI NA UCDB E A BOLSA SOCIAL

Conforme suas características jurídicas, a Universidade Católica Dom Bosco, além dos serviços públicos oferecidos à comunidade em geral por meio de diversos projetos, do Complexo NUPRAJUR (Núcleo de Práticas Jurídicas) e das Clínicas Escola, disponibilizava cerca de 1500 bolsas de estudos semestralmente, com percentuais variando de 30 a 100% por meio da Bolsa Social. Com a instituição do ProUni a universidade iniciou um processo de extinção da referida Bolsa, já que seria impossível, financeiramente, seguir com as duas modalidades de benefício.

Segundo o Regimento Interno da UCDB (2005), a Bolsa Social se constitui em uma modalidade de bolsa gratuita oferecida semestralmente aos acadêmicos comprovadamente em condições de vulnerabilidade socioeconômica para os quais são distribuídos percentuais de descontos que variam de 30% a 100% dependendo da análise documental realizada. Os recursos financeiros são oriundos da própria Universidade e está incluído no percentual de filantropia que deve ser oferecido de acordo com a Lei.

O objetivo da Bolsa Social é oferecer, aos acadêmicos que comprovadamente não possam arcar integralmente com os custos de um curso superior. Um estímulo financeiro no qual possam ter a possibilidade de concluir o ensino superior, desde que obedecidos os critérios do regulamento. A prioridade na distribuição das bolsas estava sempre para os

acadêmicos com maior vulnerabilidade socioeconômica. A Diretora de Assuntos Comunitários expressa em sua entrevista que a Bolsa Social:

Era um Programa onde era atendido cada caso, a gente ouvia cada acadêmico. O Programa vinha contemplando de forma bastante satisfatória os estudantes. Pelas avaliações aplicadas com os beneficiários pelo Departamento de Apoio Comunitário o número de reclamações era muito baixo, 10% as vezes chegava a 5%. Com ele poderia ser atendido um número maior de pessoas considerando as diversidades. (Entrevista 01, 2006)

A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC, tentou por meio da emissão de uma carta com sugestões, “negociar” novos percentuais de adesão (no que se refere ao percentual da receita bruta a ser destinada ao Programa) para que os programas e projetos já desenvolvidos nas universidades comunitárias não fossem afetados. Contudo, apesar dos esforços, a Lei foi promulgada sem muitas alterações. *“Porque a verba é a mesma. A verba da filantropia. O dinheiro em si é o mesmo empregado, o que se optou foi deixar a bolsa social.”*(Entrevista 01,2006)”.

Por que um programa que tem como premissa “democratizar o acesso ao ensino superior” tem critérios de elegibilidade que não acompanham as dificuldades da população alvo? Por que a implantação do ProUni não considerou os projetos e programas de bolsas de estudos já desenvolvidos pelas instituições (em especial as Universidades Comunitárias)?

Porque as Universidades Comunitárias, no nosso caso, elas têm características diferentes das Universidades Particulares, juridicamente são diferentes por responder à cota filantrópica. No final os incentivos acabaram sendo maiores para as universidades particulares. Somos em menor número e acabamos sofrendo mais com algumas situações. (Entrevista 01, 2006)

Inseridos no cotidiano do Departamento de Apoio Comunitário, acompanhamos o processo de transição da Bolsa Social para o ProUni como observadores participantes. Por meio das entrevistas realizadas nos dois processos distintamente pudemos notar que as dificuldades apresentadas pelos acadêmicos são praticamente as mesmas, contudo o processo de seleção para os benefícios é diferente, o que por sua vez acarreta em uma queda significativa no número de acadêmicos beneficiados, se compararmos os bolsistas do ProUni com aqueles que ainda recebem o benefício da bolsa social. Conforme afirma Vanucchi:

Quem é o nosso aluno? Na sua grande maioria pobre, noturno, vindo de escolas públicas. Quando não é o caso, sempre se trata de um sujeito político, um cidadão crítico, em processo de autoconstrução. Alguém que traz uma carga de deficiência e, ao mesmo tempo de potencialidades. Gente, na sua maioria, em luta aberta pela sobrevivência pessoal e familiar e em meio a inúmeras discriminações sociais. (2004, p.41)

A implantação do ProUni na UCDB aconteceu após a publicação da Lei 11.096 de 13/01/2005. Como as demais Universidades a UCDB aderiu às normas e adequou-se às determinações do Governo Federal, o que ocasionou a extinção² do seu próprio programa de bolsa de estudos (Bolsa Social). Para a Diretora do Departamento Financeiro da UCDB a implantação do ProUni teve dois momentos distintos para a Instituição:

Num primeiro momento nós achávamos que seria talvez a solução dos problemas da universidade em termos de beneficência. Quando a gente faz a beneficência por conta própria, quem define as regras de seleção, de análise, de capacidade ou não de benefício é a própria universidade. Então, de certa forma, o ProUni estabeleceu um critério, quem define é o governo. A universidade se isenta desse processo. Em termos financeiros, estruturais e de organização, nesse primeiro momento nós vimos à solução do impasse em conceder para um e não conceder para outro. A demanda pelo benefício é enorme, então conseguimos reduzir isso. Num segundo momento o que nós percebemos é que houve uma redução no número de beneficiados. Temos que oferecer bolsas de 50% e 100% somos obrigados nesses patamares. No caso da Bolsa Social tinha flexibilidade em dividir uma bolsa de 100% em bolsas de 30%,40%,50%, 60%. Era muito mais distributivo. E esse programa não. Ele limita as pessoas beneficiadas.(Entrevista 04, 2006).

Após a adesão ao ProUni, o Departamento de Apoio Comunitário ficou responsável pelo processo de coleta de documentos e assinatura dos termos de concessão de bolsas.

São profissionais da área da Assistência Social que atuam. Em outras Universidades, normalmente, são pessoas da secretaria que recebem o acadêmico. Totalmente administrativo, muitas vezes não são profissionais de nenhuma área. São pessoas com ensino médio que trabalham nas secretarias. (Entrevista 01, 2006)

No primeiro processo, em 2005, foram realizadas quatro fases de seleção, o que dificultou a operacionalização do trabalho. As informações eram diversas e constantes, tendo

² A Extinção do Programa de Bolsa Social está acontecendo gradativamente. Desde a implantação do ProUni não foram abertas novas inscrições para o referido Programa, mas os acadêmicos que já vinham recebendo o benefício permanecerão recebendo os percentuais oferecidos até a conclusão de seu curso, respeitando os critérios do programa.

a Instituição que se adaptar a essas informações de forma imediata e muitas vezes confusa, desrespeitando a organização das instituições, pois ao mesmo tempo em que tinha que responder com suas atividades institucionais internas, também deviam cumprir com todas as exigências do Governo, conforme declarado pela Diretora do Departamento Financeiro da UCDB:

O problema que impactou no financeiro e que nós não sabemos como resolver é pra quem prestar contas e o que de fato a legislação dizia em termos de prestação de contas. Até hoje a Lei do ProUni não está devidamente regulamentada. A gente não sabe quais são as metodologias de prestação de contas. Tínhamos uma metodologia de prestação de contas, em função da legislação anterior da assistência social e, de repente essa legislação caiu buraco abaixo e nós tivemos que nos adequar. (Entrevista 03, 2006)

O canal de comunicação entre o MEC e as instituições é precário e acontece somente via correio eletrônico. Os telefones disponibilizados pelo Programa aos acadêmicos não suprem a demanda, acarretando uma irritabilidade no acadêmico que cobra da instituição respostas às suas necessidades. As Assistentes Sociais do Departamento se reúnem constantemente para estudar as novas formas e alterações do ProUni para que o acadêmico não seja prejudicado e o trabalho desenvolvido na UCDB se torne referência.

Vemos que é um Programa inteligente, muito bem esquematizado, muito bem organizado porém as dificuldades que nós estamos enfrentando hoje é a questão da falta de respaldo da coordenação estudantil do Programa. Falta um canal aberto de comunicação, de apoio às Instituições. Na verdade nós não temos quem nos oriente diretamente. O único canal que nós temos é um e-mail. Quando a gente manda nossas dúvidas, um pedido de apoio ou orientação, nós recebemos respostas copiadas das portarias, das legislações dos Programa. Em contrapartida os alunos têm acesso direto, que é no 'Fala Brasil', e as informações que eles têm são mais de apoio à eles. É muito enfatizado a questão do direito e não deixa claro a questão do dever. (Entrevista 02, 2006)

O Departamento de Apoio Comunitário – DAC, é o responsável pela mediação entre o MEC e os alunos/acadêmicos interessados em ingressar na educação superior por meio do ProUni. Com uma equipe formada por 4 (quatro) Assistentes Sociais e 7 (sete) estagiárias do Serviço Social, é neste Departamento que acontecem os esclarecimentos aos acadêmicos sobre o ProUni, bem como, sobre os procedimentos necessários para sua inclusão no Programa.

É a primeira porta de entrada, é o primeiro contato do aluno com a Universidade. É no Apoio Comunitário que o acadêmico encontrará alguém para recebê-lo, para explicar todo o sistema da Instituição. É onde ele fará a entrevista para comprovação dos dados. É este departamento responsável pela introdução do aluno à Universidade, e ele passa a ter contato constante conosco. O Departamento de Apoio Comunitário torna-se um ponto de referência ao longo da vida do estudante na Universidade. (Entrevista 01, 2006)

No campus da UCDB de Campo Grande, em 2005, foram selecionados 498 acadêmicos para ao ProUni. Destes: 41 estão abaixo da média de rendimento escolar e apresentam dificuldade de acompanhamento da turma; 27 optaram por suspender suas bolsas temporariamente; 20 encontram-se suspensos pelo semestre estar adiantado no período em que foram selecionados. O resultado do Programa foi moroso e o MEC autorizou as instituições a suspenderem³ até o próximo processo seletivo de vestibular para poderem acompanhar a turma as quais iriam pertencer; 2 desistiram do Programa oficialmente por terem sido selecionados em opções de cursos indesejados; 335 estão recebendo as bolsas e freqüentando as aulas regularmente. Para estes alunos, há ainda a possibilidade de realizar transferência de curso, que de acordo com o MEC:

O beneficiário de bolsa de estudo do ProUni poderá, observado o disposto no art. 49 da Lei nº 9.394/1996, transferir o usufruto da bolsa para curso afim, ainda que para habilitação, turno, campus ou instituição distinta, observada a proporção mínima legal entre estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados e bolsistas, desde que:

- a instituição e o respectivo curso de destino estejam regularmente credenciados ao Prouni;
- exista vaga no curso de destino; e
- haja anuência da(s) instituição(ões) envolvida(s). **Portaria nº 1.556/2006**(www.mec.gov.br, acesso em 25/08/2006)

³Segundo o site do MEC: Suspensão de bolsa: É permitido ao estudante a suspensão do usufruto da bolsa ProUni. O período em que o usufruto da bolsa permanecer suspenso será considerado como de efetiva utilização na contagem do prazo máximo permitido para conclusão do respectivo curso, salvo nos casos de suspensão por não formação de turma no primeiro semestre de 2005 e no primeiro semestre de 2006. Cada suspensão não poderá ultrapassar três semestres consecutivos, sob pena de encerramento da bolsa. Também será suspensa a bolsa:

- não atualizada no período especificado;
- no caso dos bolsistas parciais cujas matrículas tenham sido recusadas em função do inadimplemento da parcela da mensalidade sob sua responsabilidade, conforme disposto na Lei nº 9.870, de 1999; no caso de trancamento de matrícula ou abandono do período letivo pelo estudante beneficiado.
- nos casos de não formação de turma no período letivo inicial do curso ou habilitação, exclusivamente aos bolsistas beneficiados no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2005. Quanto aos bolsistas beneficiados no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2006, a bolsa será suspensa até o processo seletivo subsequente do ProUni, para os cursos de regime acadêmico semestral, e até o segundo processo seletivo subsequente, para os cursos de regime acadêmico anual, findo o qual cessará o direito do estudante à bolsa. **Portaria nº 1.556/2006** (www.mec.gov.br, acesso em 25/08/2006)

Já em 2006, até o momento são 834 bolsistas, destes, 149 foram inseridos pelas políticas de cotas do Programa (Departamento de Apoio Comunitário: 2005).

Durante toda a implantação do Programa na UCDB, o Departamento de Apoio Comunitário realizou diversas reuniões com a equipe para aprimorar as técnicas de coleta de dados e evitar falhas na análise dos processos.

Nós aqui ainda temos um privilégio porque, historicamente, pela instituição ser filantrópica, católica, já desenvolvia um trabalho de assistência ao acadêmico, portanto, já tínhamos uma bagagem de experiência enquanto as Instituições tipicamente lucrativas não tinham esse trabalho. Muitas coisas estão passando a vistas grossas. Não está se fazendo uma análise efetiva. Muitas vezes as pessoas têm prestado falsas informações que não se tem como desvendar.(Entrevista 02, 2006)

A deficiência de canais de informações do MEC com pessoas especializadas no Programa fez com que as Universidades que aderiram ao ProUni buscassem em si mesmas as respostas às dúvidas apresentadas pelos acadêmicos e nos processos seletivos.

Comparando as duas modalidades de benefícios chegamos aos seguintes dados:

Bolsa Social – 2004 (último ano de inscrições abertas aos calouros)	ProUni – 2004 (primeiro ano de implantação na UCDB)
3.500 inscritos	3.000 inscritos
2.500 beneficiados	498 beneficiados

Podemos observar com clareza a redução do número de beneficiados. A tendência é que o PROUNI substitua integralmente a Bolsa Social. A princípio esta última foi encerrada apenas para os calouros ; os veteranos que já possuíam o referido benefício continuarão a participar dos processos de renovação de solicitação deste benefício. Essas mudanças trouxeram danos aos acadêmicos da UCDB, pois na Bolsa Social havia a possibilidade de o acadêmico conseguir percentuais de bolsa que variavam de 30 a 100%, o que significava um número maior de beneficiados. Já o PROUNI atende a um número reduzido de acadêmicos, pois as bolsas são apenas integrais ou parciais, com possibilidades de recebimento do benefício ainda menores, pois nem todos os acadêmicos se encaixam no perfil dos critérios exigidos pelo Programa.

1.3. DEFININDO O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

Como parte da meta da Reforma Universitária foi criado em 2004, por meio da Medida Provisória nº 213 de 19/09 e regulamentado em 2005, pela Lei 11.096, o Programa Universidade Para Todos – ProUni, oferecendo bolsas de estudos parciais ou integrais em instituições privadas de educação superior (com ou sem fins lucrativos), para cursos de graduação e sequenciais para alunos que concluíram o ensino médio em rede pública de educação ou em particular com isenção total das mensalidades. De acordo com o Ministério de Educação e Cultura – MEC (2005):

A bolsa integral é destinada a quem tem renda familiar per capita não superior a $1\frac{1}{5}$ salários mínimo e a parcial é designada àqueles cuja renda per capita não exceda três salários mínimos. Seguindo os critérios deste Programa as IES particulares Filantrópicas devem oferecer 20% das vagas existentes em bolsas integrais para os alunos provenientes do ProUni e as IES sem fins lucrativos e as não filantrópicas devem destinar 10% de suas vagas em troca da isenção de alguns impostos.

O Programa Universidade Para Todos – ProUni constitui-se como política social pública que busca a inserção de alunos da rede pública de educação em universidades particulares por meio da concessão de bolsas de estudos que podem ser de 25%, 50% ou 100% obedecendo aos critérios de elegibilidade do Programa. Conforme Garcia:

Mesmo uma visão impressionista acerca do que se caracterizam estados de privação de risco ou de exclusão ainda coexiste em um ambiente cada vez mais marcado por exigências de racionalidade técnica para a construção de indicadores de vulnerabilidade e critérios de seleção.(2006, p.7)

Segundo Demo (1996, p.14), as políticas sociais podem ser ou não públicas, uma vez que deve ser considerada a existência de políticas sociais empresariais, sindicais, acadêmicas e religiosas, além das decorrentes dos segmentos organizados pela sociedade civil. Assim, com base no pensamento do autor, podemos afirmar que as políticas sociais são propostas institucionais que objetivam a redução das desigualdades sociais e supõem planejamento, por representarem possibilidades de intervenção no processo histórico.

Portanto, podemos inferir que o ProUni é, também uma política pública de assistência social, pois segundo Sposati et all (1998, p. 27-28): “A assistência tem se constituído como

instrumento privilegiado do Estado para enfrentamento da questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais”.

Em análise mais aprofundada sobre o ProUni podemos considerar que o programa se divide em três vertentes, de acordo com a entrevista da Diretora de Assuntos Comunitários da UCDB. A primeira seria a vertente da “academia”, onde são levantados todos os dados estatísticos referentes aos alunos ingressantes na Instituição por meio do ProUni:

Porque ela faz o acompanhamento, quantos alunos ingressantes, quantos estão em sala de aula [...] se ele não está tendo rendimento suficiente [...] Até porque o ProUni necessita destes dados que são próprios da academia, dados acadêmicos, principalmente em relação aos ingressantes e quem saiu. Quantos saíram, quantos ingressaram, quantos permanecem ao ano. Então essa quantidade e a questão do acompanhamento em si, se ele não está tendo rendimento suficiente, isso seria a parte da academia.(Entrevista 01, 2006).

A segunda vertente seria a da “assistência”, responsável pelo processo de análise dos processos e acolhida ao acadêmico:

Ele tem a vertente da assistência ao acadêmico que responde à política de assistência ao estudante, onde tem que ser avaliado o caso, ver se ele traz toda documentação, principalmente quando ele entra no programa, qual a situação geral do estudante, não só a veracidade, mas toda a situação. A gente está recebendo este aluno na instituição [...] é responsável pela execução, ele vai continuar acompanhando esse acadêmico. Vai acompanhar o rendimento, a vida, o que ele fez, se ele trancou a matrícula, se ele não trancou, se ele está vindo às aulas, como está a vida regular dele, rendimento escolar, se ele tiver alguma dificuldade ele irá recorrer ao Departamento de Apoio Comunitário, que fica como ponto de referência ao longo da vida do estudante. .(Entrevista 01, 2006).

E finalmente a terceira vertente que é a “financeira”, responsável pela prestação de contas a ser entregue aos Órgãos Responsáveis:

Quantos estudantes a Universidade tem por obrigatoriedade acolher pelo ProUni, que são os 10% dos ingressantes de cada ano. A gente tinha entrado com 15% de cota, no primeiro ano e hoje estamos recebendo 10% a cada ano. Essa vertente do financeiro se atrela à questão social também, que é a resposta da filantropia da instituição, que é a parte referente às bolsas de estudos que são 10% e os outros 10% que é com relação aos projetos. Porque a instituição tem que fazer 20% do seu valor total em beneficência, em parte filantrópica. Ela tem que prestar contas ao INSS, ao CNAS – ou seja, o Conselho Nacional de Assistência Social, que é o órgão regulador da questão da filantropia. Então ele tem várias questões atreladas aos ProUni.(Entrevista 01, 2006)

Muitos leigos acreditam que os recursos financeiros do ProUni são oriundos do Governo Federal, mas esta interpretação não é correta. De acordo com o parágrafo 8º da Lei 11.096 de 01/2005, as instituições que aderirem ao Programa ficarão isentas dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão (que é de 10 anos):

- I – Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas;
- II – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de Dezembro de 1988.
- III – Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de Dezembro de 1991; e
- IV – Contribuição para Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de Setembro de 1970.

Cabe lembrar que as instituições que têm título de filantropia já são isentas do pagamento de alguns impostos conforme disposto no art. 105, inciso VI, letra C da Constituição Federal. Contudo, se as instituições de educação superior não aderissem ao programa perderiam o benefício do Financiamento Estudantil (FIES) conforme descrito no artigo 14 da referida Lei:

Terão **prioridade** na distribuição de recursos disponíveis no fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES as instituições de direito privado que aderirem ao ProUni na forma do artigo 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o artigo 11 desta Lei. (grifo nosso)

Como está proposto, o ProUni ao mesmo tempo em que é um Programa de adesão também é de exclusão, uma vez que pode excluir instituições do FIES prejudicando seus alunos. Se por um lado, o Programa veio para regular a aplicação da filantropia no país nas

IES particulares, por outro não respeitou àquelas que já vinham aplicando corretamente as verbas destinadas à filantropia. Souza afirma que:

Atualmente 9% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior. [...] o programa também está incluído nas ações do governo federal que atendem ao Plano Nacional de Educação, criado em Janeiro de 2001. O Plano prevê até 2011, pelo menos 30% dos jovens na faixa etária descrita acima devem estar na faculdade. Deve-se destacar que as instituições privadas de ensino superior no Brasil já dispunham de isenções fiscais, antes mesmo do ProUni e nem todas revertiam essas isenções em Bolsas à população pobre. (www.olped.net, acesso em 25/08/2006, p.2)

Em contrapartida, não houve pelo governo, a abertura para a reestruturação da Lei e os esforços das Instituições privadas, em especial as comunitárias, em oferecer novas possibilidades, novos mecanismos para a implementação do ProUni. Collaço e Neiva afirmam que:

Encontros com os dirigentes do setor privado e documentos encaminhados para o MEC não resultaram em qualquer alteração significativa dos enunciados originais, divulgados pela imprensa. Não houve, assim, negociação prévia com a iniciativa privada, que se possa dizer democrática, na medida em que o Poder Executivo fez ouvidos moucos aos reclamos e sugestões e, posteriormente, apenas modificou sua opção pelo ‘tipo de processo legislativo’.(www.olped.net, acesso em 25/08/2006, p.1)

O ProUni faz uma reserva de vagas aos estudantes portadores de deficiência, ao autodeclarados negros, pardos ou indígenas. No inciso II, do artigo 7º afirma que: “*o percentual de bolsas de estudos destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de auto declarados indígenas ou negros*”, constituindo-se assim, como uma política afirmativa ou uma ação afirmativa.

O termo “ação afirmativa” surgiu em 1963 nos Estados Unidos quando o presidente daquele país tentava combater as discriminações de raça e gênero impulsionado pelas reivindicações dos movimentos negros organizados. Segundo Carvalho (2006) ações afirmativas:

São políticas públicas que visam corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo racial (ou étnico), em geral frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente. O que motiva essas políticas é a consciência de que essas desigualdades tendem a se perpetuar se o Estado continuar utilizando os mesmos princípios ditos universalistas com que tem operado até agora na distribuição de recursos e oportunidades para as populações. (www.tvebrasil.com.br., a cesso em 25/04/2006, p.1)

No Brasil, uma das ações afirmativas mais utilizadas e conhecidas, são as cotas – reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população principalmente visando o acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política.

É por meio destas medidas focalizadas que o governo tenta “reparar” um dano moral histórico causado principalmente à população indígena e negra, duramente discriminada por uma política nacional criada sobre bases aristocráticas. Sodré exemplifica bem este ponto de vista ao afirmar que:

Numa sociedade esteticamente regida por um paradigma branco – por mais difícil que seja hoje manejar a idéia de uma identidade cultural fundada em critérios de raça -, a clareza ou a brancura da pele, mesmo sem as barreiras guetificantes do multiculturalismo primeiro-mundista, persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginária atuante em estratégias de distinção social ou de defesa contra as perspectivas ‘colonizadoras da miscigenação’. (1999, p.234)

A política de cotas para negros, indígenas e deficientes, adquiriu visibilidade com a repercussão das vagas direcionadas a estes grupos principalmente no ingresso às universidades públicas. Contudo, faz-se necessário esclarecer que a política de cotas está inserida no mercado de trabalho e nos meios de comunicação televisiva.

A educação em nosso país, tornou-se “pilar” para os discursos políticos de equidade social. Busca-se por meio da educação corrigir erros históricos de discriminação e desigualdade. No Brasil, conforme Garcia (2006, p.17), “*a desigualdade não é representada apenas em dados estatísticos, mas faz parte da formação social, cultural e política do país e se expressa em suas instituições e valores socialmente difundidos*”.

As políticas de cotas nas universidades federais, estaduais ou particulares não poderão resolver per si, o problema da discriminação social e racial, ou seja, serão necessárias outras políticas públicas efetivas que proporcionem igualdades de condições para o acesso e a permanência desses estudantes na universidade.

Acreditamos que a política de cotas seja uma das alternativas para a busca da igualdade. Contudo, é necessário muito mais do que a implantação de cotas para o ingresso na educação superior. A educação de base deve ter maiores investimentos e isto, em longo prazo favoreceria a todas as pessoas de baixa renda com ensino de qualidade, mais condições e possibilidades de ingresso na educação superior e conseqüentemente, aprimoramento para inserção no mercado de trabalho. A política de cotas é parte da solução, tendo em vista que as pessoas hoje, em idade de ingresso na universidade não podem esperar que se reestruture a educação de base. De acordo com Bonfim:

É aqui que reside o problema central e a solução. A necessidade de um projeto nacional soberano, socialmente justo, com distribuição da riqueza e acelerada redução das desigualdades regionais. Para mais de cem milhões de brasileiros. Sem estas premissas, continuarão as discriminações ‘raciais’ e regionais – todas odiosas e merecedoras de punição criminal e repúdio social. (2005, p.4)

Como é possível promover a igualdade racial e social se ela, em verdade, jamais existiu?

Numa realidade na qual a política de assistência estudantil apóia-se em programas assistencialistas de renda mínima e tendo em vista que a vivência universitária não se limita a uma vaga, cria-se um contingente de estudantes com extrema dificuldade, quanto não impossibilitados de permanecer na universidade e de usufruir as atividades extracurriculares, como pesquisa, extensão e envolvimento com o restante da comunidade acadêmica. Como bem expressam Sposati et all:

Isto não significa que o assistencial se constitua um mecanismo que ‘resolva’ ou ‘dê solução’ a esse conjunto de problemas nascidos da contradição fundamental da sociedade capitalista. Não significa, também, que a manutenção ‘assistida’ da subalternidade seja a única forma de enfrentamento da questão social pelo Estado. A presença do assistencial nas políticas sociais conforma o usuário, possível gestor, em beneficiário assistido. (1998, p.28)

Como foi afirmado anteriormente, o ProUni por si só não será suficiente para resolver a problemática expressa na educação superior atualmente, Silva Júnior e Sguissardi expressam essa afirmativa ao dizer que : *“Uma lei não contém toda a reforma. Uma reforma educacional ou da educação superior raramente se traduz em uma única lei, por mais abrangente que ela seja”* (2006, p.5).

É fato que esse Programa foi instituído pelo governo para atender aos anseios da população brasileira que não consegue ingressar nas Universidades públicas que se encontram sucateadas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (2002, p.11), no Brasil existem 1391 Instituições de Ensino Superior. Destas apenas 183 são públicas e 1208 são Privadas. Ainda considerando os dados do INEP dos 3.030.754 alunos que se matricularam em 2001, 939.225 alunos ingressaram em instituições públicas e 2.091.529 em instituições privadas. A esse respeito Garcia afirma que :

Em um país que lamenta a perda do que não desfrutou plenamente, a focalização representa a inimiga da justiça social e, portanto, um retrocesso na garantia da cidadania plena. Em relação às políticas universalistas, há uma aposta na sua expansão e melhoria, já que o caso das políticas de saúde e educação, embora universais são de modo geral, precárias, por isso, acabam sendo direcionadas aos pobres. Opera-se uma focalização derivada da qualidade do serviço prestado, restando aos pobres o que ,não é considerado bom pela sociedade de modo geral. (2006, p.16)

Ao implantar o ProUni o governo se “apropriou” de toda uma estrutura já construída e estruturada das Instituições Privadas. A esse respeito, Martins afirma que:

O Programa Universidade para todos é uma medida elogiável, por ser socialmente benéfica e por representar uma solução possível, em face das restrições financeiras do setor público.[...] O governo exerceu a arte do possível ao aproveitar toda uma infra-estrutura que já está montada, ocupando vagas em investimento que já foram feitos nas instituições privadas. (2006, p.02)

Todo o trabalho de seleção e acolhida aos estudantes que conseguem se inserir no ProUni fica por conta das Universidades privadas, de acordo com a afirmação de uma das Assistentes Sociais do Departamento de Apoio Comunitário da UCDB: *“Quem está tendo que fazer de fato a análise socioeconômica são as instituições e tem aquelas que não têm experiência com esse trabalho”* (Entrevista 02, 2006).

O Programa, segundo alguns de seus defensores (Estevam apud Linha Direta, 2006, p.1), é um compromisso do governo e representa uma política pública imediata, discutida e negociada com a sociedade, para ampliar o número de vagas no ensino superior para a população carente, num processo de inclusão social que conduzirá os jovens a terem uma profissão, além de emprego e renda. O mesmo autor, questiona com qual sociedade o MEC discutiu o Prouni. Estevam afirma que:

O fato é que, ao invés de abrir vagas no ensino superior mediante a expansão das universidades públicas, investindo as verbas necessárias, o governo transfere recursos equivalente para as instituições privadas, por meio da isenção fiscal prevista no artigo 8º da MP 213⁴, tentando assim salvá-las da alta inadimplência. Trata-se, portanto, de opção política deliberada, na linha sugerida pelo Banco Mundial, que desconstitui o ensino superior público, fazendo parecer que o ensino privado lhe é equivalente.(2006, p.2).

Ainda refletindo sobre a análise de Estevam, em seu artigo o autor expressa o comentário de uma Deputada Federal que assinalava que a proposta do ProUni foi *‘remetida ao Congresso Nacional sem que estejam claros os valores das atuais renúncias concedidas às instituições privadas de ensino superior, o número de bolsas de estudo oferecidas por quem usufruiu dos benefícios e os casos de irregularidades praticadas’* (2006, p. 2). Com relação a transferência de recursos públicos, não existe nenhum controle, ao ponto de o próprio MEC confessar ser melhor obrigar as instituições privadas a aderirem ao ProUni do que fiscalizar o uso dos recursos públicos que deixam de pagar.

Por outro lado, atendeu aos interesses do governo ao demonstrar para as organizações mundiais um melhor rendimento no Exame Nacional de Ensino Médio e aumentar a procura pela educação superior, bem como na educação pública de ensino fundamental e médio.

O ProUni é um programa que veio para atender uma demanda excluída, pelo menos é isso que o Programa coloca. Só que ao meu ver ele atende uma demanda muito pequena por ser um Programa de inclusão. Se a gente for constatar os últimos dados, o número de inscritos e de bolsas oferecidas, aproximadamente 85% do número de inscritos fica do lado de fora. E nesse sentido essa população acaba não sendo atendida. Nesse sentido ele não tem essa efetividade de inclusão que é colocado, da maneira como ele é colocado. (Entrevista 03, 2006)

Desse modo, o ProUni, não atende efetivamente os critérios de um programa de inclusão. É um programa insatisfatório primeiramente porque tem como referência a nota do ENEM e não a renda per capita. Segundo: os estudantes ingressam nos cursos sem precisar realizar nenhuma avaliação da instituição o que acarretará no declínio do aproveitamento do futuro acadêmico, que pode apresentar dificuldades de acompanhamento pedagógico e não há oferecimento por parte do MEC de nenhum apoio extraclasse para aqueles alunos que por ventura apresentem dificuldades de aprendizagem. Conforme explícito no site do MEC:

⁴ MP 213 foi a Medida Provisória que precedeu a Lei N. 11.096/2005 que instituiu o ProUni.

Aproveitamento acadêmico: O estudante vinculado ao PROUNI, beneficiário de bolsa integral ou parcial, deverá apresentar aproveitamento acadêmico em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas em cada período letivo. Em caso de aproveitamento acadêmico insuficiente, pode o coordenador do ProUni, ouvido(s) o(s) responsável(eis) pela(s) disciplina(s) na(s) qual(is) houve reprovação, autorizar, por uma única vez, a continuidade da bolsa. **Portaria nº 1.556/2006.** (www.mec.gov.br, **acesso em 25/08/2006**).

Ou seja, exige-se do aluno beneficiado um rendimento escolar mas não lhe são oferecidas alternativas para que esse rendimento seja alcançado caso o mesmo tenha dificuldades no aprendizado.

O Governo Federal mais uma vez passa sua responsabilidade de oferecer educação de qualidade e ao alcance de todos, para a sociedade civil. Ao mesmo tempo em que estudantes de escolas públicas, apoiados pelo PROUNI, ingressam no ensino superior em instituições privadas, assistimos ao “desmoronamento” do ensino superior público.

O ProUni veio muito mais como instrumento político, de propaganda eleitoral do que com o objetivo mesmo ...é lógico que existe por detrás disso um aspecto social que a gente não pode negar que é possibilidade do acesso ao ensino superior de pessoas que estavam a margem da faculdade. É uma medida corretiva, quando na verdade o governo teria que implementar uma medida preventiva. O trabalho dele deveria ser muito mais na educação básica do que na educação superior. Resolveria o problema da educação superior através da Universidade Pública de qualidade, gratuita, não através da Universidade Privada. É uma interferência na iniciativa privada. (Entrevista 04, 2006)

É com certeza um Programa necessário, mas que deve ser modificado em alguns aspectos para que realmente atenda a população que está excluída e não desenvolva ainda mais uma nova demanda de excluídos como vem ocorrendo nesses primeiros processos.

Podemos concluir que o Programa não teve nenhuma participação da população, que passou a conhecê-lo somente via meios de telecomunicação quando o mesmo já estava sendo implementado. Não houve nenhuma discussão sobre quais seriam os reflexos deste Programa a médio e longo prazo. Ele foi instituído para atender uma demanda imediata da sociedade e seus planejadores não levaram em consideração o desenvolvimento das ações, ou a organização das Instituições de Ensino Superior e não estão preocupados com o processo em si, mas principal e unicamente, com os seus resultados. Não há a preocupação de aprimoramento do Programa e avaliação de seus reflexos. Está sendo medido pela propaganda e a sociedade está começando a atentar-se para tal fato, num processo de questionamento: Será o ProUni a solução para os problemas da Universidade brasileira?

CAPÍTULO II

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROUNI NA UCDB

2.1. OS PERFIS DOS ACADÊMICOS USUÁRIOS DA BOLSA SOCIAL E DO PROUNI.

No ano de 2004, por meio de pesquisa quanti-qualitativa, foi realizado no Departamento de Apoio Comunitário o levantamento do Perfil Socioeconômico do Acadêmico Bolsista da UCDB⁵. Com base nestes dados foi possível vislumbrar o perfil do acadêmico que recebia o benefício deste Programa e fazer uma breve análise sobre os principais aspectos familiares que recebiam destaque durante as entrevistas realizadas.

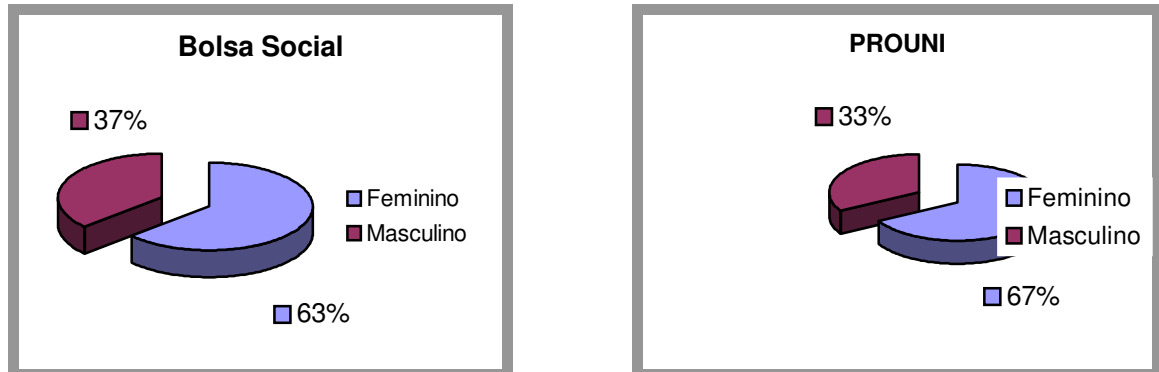
Em 2005 com a implantação do ProUni surgiu a curiosidade de levantar o perfil do beneficiado pelo Programa⁶. Por meio de pesquisa de amostragem, quantitativa, foram analisados 60 processos escolhidos aleatoriamente por curso seguindo as informações da ficha de inscrição oferecida pelo MEC. Assim pudemos chegar aos seguintes resultados:

⁵ Esta pesquisa deu origem ao artigo com o mesmo nome que foi encaminhado ao XXII Congresso Nacional de Serviço Social realizado em Fortaleza/CE em novembro de 2004. Participaram deste estudo as Assistentes Sociais Cristina Pereira da Silva Stoppa e Juliana de Lima Lupion e as estagiárias do período Carla Oliveira da Cruz e Suzanir Fernanda Maia.

⁶ Esta pesquisa foi realizada no Departamento de Apoio Comunitário pelas estagiárias Agna dos Santos Anicésio e Suzanir Fernanda Maia sob a orientação e supervisão das Assistentes Sociais Edmara Martins de Souza e Elizete Rodrigues de Oliveira.

Quanto ao gênero dos selecionados:

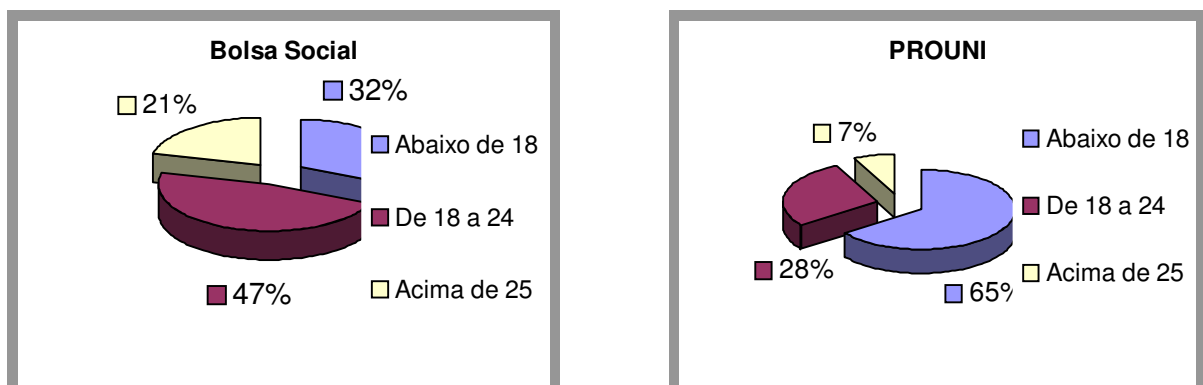
Gráfico I: Gênero dos Estudantes Beneficiados



Neste dado podemos confirmar a presença significativa das mulheres na educação superior tendo em vista que em ambos os processos a média feminina é maior do que a masculina. As transformações sociais, a começar pela Revolução Industrial impulsionaram a inserção da mulher no mercado de trabalho. Na tentativa de conquistar melhores cargos empregatícios elas têm buscado cada vez mais a qualificação profissional por meio da educação superior. Podemos considerar neste dado que a maioria dos cursos oferecidos pela UCDB são de estigma feminino, o que também contribui para que a maior parte do corpo discente seja constituída por mulheres.

No que se refere a faixa etária os dados comprovam que a grande maioria dos selecionados em ambos os Processos se encontram entre 16 a 20 anos:

Gráfico II : Faixa Etária dos Estudantes Beneficiados

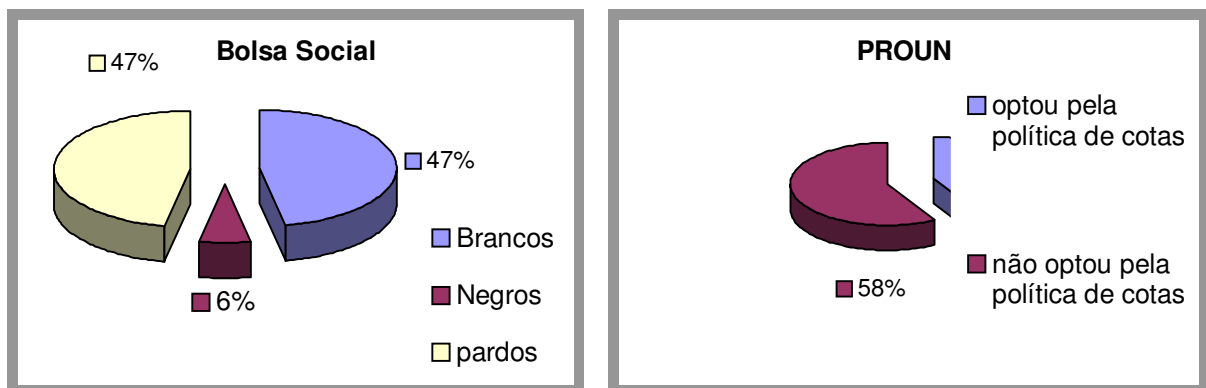


Com os dados encontrados, podemos analisar que a grande maioria dos inscritos está com idade abaixo de 18. A pessoas acima de 25 anos identificam um grupo que, na tentativa de inserir-se no mercado de trabalho busca a qualificação profissional mesmo depois de

muitos anos do término do ensino fundamental. Podemos concluir nesse dado que essas pessoas buscaram em ambos os programas uma oportunidade de concluir seus estudos por meio da concessão de bolsas de estudos. Por outro lado podemos analisar que os jovens, cada vez mais concluem o ensino médio e imediatamente já buscam a inserção na educação superior, tudo para conseguir melhores condições e disputar uma vaga no mercado de trabalho que se torna cada vez mais exigente, tanto para os jovens quanto para aqueles que já têm uma determinada experiência de vida.

Com relação à raça, a maior parte dos que estão inseridos nos programas são brancos. Os dados levantados no Processo da Bolsa Social não pôde ser mais especificado tendo em vista que o campo destinado a este item possuía três opções de escolha – branco, negro, pardo. Na ficha de inscrição do ProUni há somente um campo que se destina a questionar se o inscrito opta ou não pela Política de Cotas, onde se inserem os indígenas e os negros. Pudemos chegar aos seguintes resultados:

Gráfico III : Etnia dos Estudantes Beneficiados



Na medida em que há a especificação de cotas há concomitantemente o aumento de pessoas que optam por esta política. A questão racial nas políticas públicas vem gerando diversas discussões sobre a miscigenação dos brasileiros. A autodeclaração é o princípio utilizado no ProUni e é difícil comprovar a afirmação de ser ou não negro, pardo, branco ou indígena. Lorenzo Aldé exemplifica essa questão ao afirmar:

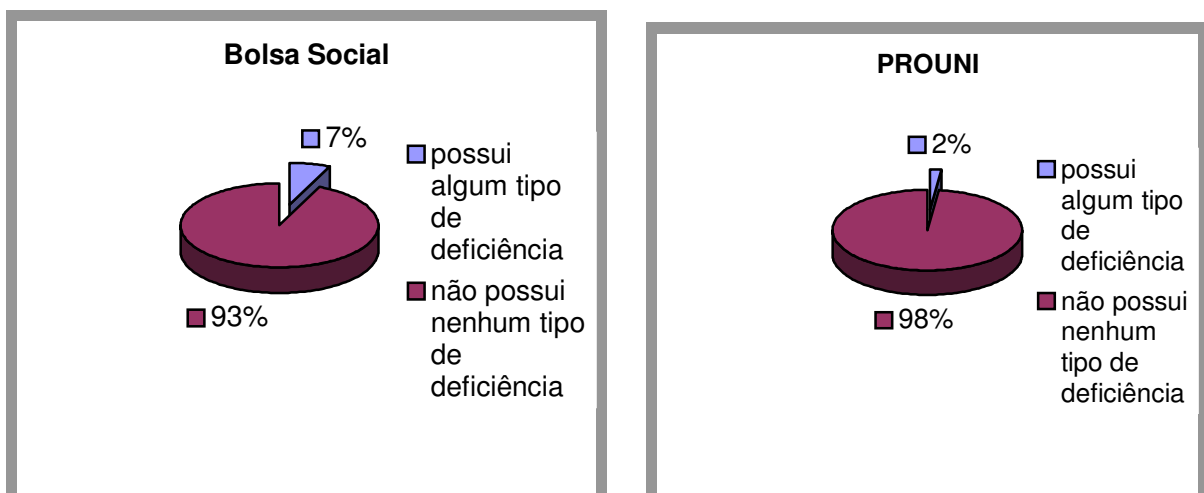
Como definir quem é negro, se no país os genes de todos nós são etnicamente heterogêneos, confirmando cientificamente nossa propalada mistura de raças? [...] Negro não se define pelo gene, mas pela aparência, pelo fenótipo. Mas quem vai averiguar as aparências de todos os candidatos universitários? Vamos utilizar o critério do IBGE, ou seja, a ‘autodefinição’ de cor? No país do jeitinho, no estado da malandragem, num mercado pra lá de competitivo, seria ingenuidade acreditar no sucesso desse método. (2003, p.2)

A ausência de objetos concretos que possam auxiliar as instituições para definir se um acadêmico pertence ou não a determinada raça é uma das dificuldades apontadas por uma das Assistentes Sociais do Departamento de Apoio Comunitário na UCDB:

A questão da política de cotas, na comprovação de fato da pessoa ser negro, índio, deficiente tem o laudo é mais fácil, agora quando ela é negra, quando ela é indígena, é complicado. Quem nesse Brasil não é descendente de negro ou indígena? Na hora da comprovação, na hora do benefício, na hora de requerer os direitos a pessoa, ela é negra, ela é índia...como é que você vai dizer “não você não é negro, não é indígena” se o próprio Programa não tem respaldo nisso, de dizer que tipo de documento apresentar. Quando é negro você olha nos traços da pessoa, no histórico familiar por meio das certidões de nascimento, e constata que nas certidões apresentadas dos pais e dos avós não consta negro nem indígena. Do indígena solicitamos um atestado da FUNAI, a carteirinha atestando a sua descendência. Quando eles atestam quem somos nós para dizer que não? (Entrevista 02, 2006)

Em se tratando da cota para deficientes, apesar de a Bolsa Social não ter explícito em seu regulamento a questão da cota para este ou aquele segmento, o Programa atendia uma parcela superior a atendida pelo ProUni:

Gráfico IV: Estudantes com algum tipo de deficiência beneficiados pelos Programas



De acordo com os dados qualitativos, colhidos por meio das entrevistas realizadas com os selecionados de ambos os Programas há um índice considerado de casos de acadêmicos e/ou familiares portadores de câncer, o alcoolismo, depressão e soro positivos. O que acarreta um déficit na economia familiar com gastos elevados com tratamento médico-hospitalar, considerando também o desgaste emocional e físico que compromete o desempenho do acadêmico em suas atividades escolares e sociais.

A complexidade e diversidade socioeconômica apresentada nos dois Processos acompanham as transformações sócio, político, cultural e educacionais presentes no cotidiano da população brasileira. De acordo com Sposati et all: *“A agutização da pauperização termina colocando em questão não só a necessidade de expansão dos serviços sociais como também alternativas que adota enquanto garantias efetivas de resolução das necessidades da população”*.(1998, p.23)

A análise da conjuntura é primordial para compreensão das dificuldades e levantamento de dados que contribuam para o melhoramento das políticas públicas e sociais. Interligar o usuário com o mundo é ponto de partida para implantação ou implementação de instrumentos que possam modificar suas condições de vida possibilitando a efetivação dos direitos de cidadania inerentes a todas as pessoas.

2.2. DESAFIOS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Via de regra a efetivação das políticas sociais é o espaço primordial da prática do assistente social, embora outros profissionais também o integrem. Ele está diretamente vinculado à efetivação dessas políticas, entendidas enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social. (SPOSATI et all, 1998, p.23)

A UCDB já realizava um Programa de Assistência ao acadêmico, conforme discutido nos itens anteriores. Programa este reconhecido pela população do Estado e presente há mais de 20 anos na UCDB.

A Bolsa Social permitia a todos os acadêmicos que se inscrevessem em seus processos seletivos. *“ Todo mundo podia tentar, era aberto a todo mundo. A pessoa mais rica, ela poderia se inscreve, logicamente ela não iria ser contemplada porque teria que comprovar*

aquela situação, e seria verificado que ela estaria em situação melhor do que a dos colegas' (Entrevista 01, 2006).

A elaboração da Bolsa Social foi realizada por profissionais do Serviço Social, que basearam-se na afirmação de que a sociedade não é estática, sofre transformações diuturnamente, é dialética.

O atendimento também era realizado por profissionais do Serviço Social e estagiários da referida área. Cada aluno era atendido individualmente. Cada caso era analisado levando-se em consideração a análise documental e a expressão oral dos candidatos. Gomes esclarece a proposta de análise e interpretação de dados qualitativos considerando o pensamento de Minayo, ao descrever o método hermenêutico-dialético:

Neste método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como porto de partida o interior da fala. E, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala. (1994, p.77)

Cada fato explícito na entrevista dos candidatos era analisado pelas Assistentes Sociais e a ficha de inscrição permitia aos profissionais uma análise mais aprofundada sobre a situação socioeconômica do acadêmico.

Como instrumento fundamental da ação profissional, a coleta de dados da ficha de inscrição da bolsa social (ANEXO I) possibilitava ao profissional estabelecer critérios de elegibilidade respeitando as diferenças entre os perfis dos acadêmicos de cada curso. Ednéia Maria Machado afirma que:

Estas categorias – sexo, idade, salário, composição familiar, local e tipo de moradia etc – possibilitam uma identificação primeira do usuário e viabilizam a elaboração de um diagnóstico social que fundamenta a decisão profissional – decisão esta que se refere seja a concessão de um 'benefício' individual, seja ao atendimento de uma necessidade coletiva. (2006, p.2)

Uma das maiores dificuldades do trabalho do Serviço Social no processo do ProUni tem sido a ficha de inscrição do candidato (ANEXO II), que se caracteriza inflexível, não considerando a conjuntura na qual o aluno está inserido. Ou o estudante se enquadra em todos os critérios ou não poderá participar do processo. Não há mecanismo de estratégias de sobrevivência, muito utilizadas nos processos da Bolsa Social. Segundo Garcia:

No que diz respeito aos critérios de elegibilidade de tais políticas, os profissionais em geral operam como aplicadores estritos da lei ou do 'legislador', sem conseguir evitar os rigores injustificados e os estigmas que recaem sobre os demandantes dos programas sociais e, como um efeito agregado, sobre eles próprios. Frequentemente restritos alinha de frente, os assistentes sociais são convidados a atuar como 'porteiros' (gatekeepers, como são chamados no Reino Unido), selecionando os que entram a partir de parâmetros comumente alheios à sua contribuição como formuladores. (2006, p.6)

Uma das Assistentes Sociais do Departamento de Apoio Comunitário da UCDB exemplifica essa situação ao afirmar que:

O Programa não analisa o contexto histórico que o Brasil vem passando. Constantemente verificamos que pessoas que se inscrevem que hoje têm uma situação que necessita de auxílio. No passado ela teve uma situação de vida melhor. Não podemos desviar a atenção do fato de que a população brasileira vem empobrecendo cada vez mais. O fato de uma pessoa no passado ter tido oportunidade de ter estudado em escola particular não quer dizer que necessariamente hoje ela não tenha perfil para ser bolsista. (Entrevista 04, 2006)

A análise socioeconômica no ProUni é focalizada. Considera-se a situação atual e despreza as transformações ocorridas durante a vida do candidato. É complicado para o profissional refletir a situação do candidato levando em consideração somente o presente. É dicotômico. Contrário aos princípios profissionais. De acordo com Garcia:

Cada vez mais envolvido com os mecanismos de controle e seleção para os programas sociais, o profissional perdeu paulatinamente, a função de escuta e da consideração das necessidades e dos sofrimentos que estão na base das demandas do serviço profissional. (2006, p.8):

Uma das entrevistas realizadas no Departamento de Apoio Comunitário exemplifica bem a afirmativa anterior. O candidato A M foi selecionado para o curso de jornalismo. Compareceu à entrevista com pouca documentação e demonstrava-se emocionalmente abalado. Relatou que se sentia humilhado em estar solicitando, ou melhor, participando do ProUni. Sua família, de origem Palestina tinha um elevado padrão de vida o que permitia que o candidato se dedicasse apenas aos estudos. Por meio de seus esforços conseguiu bolsa parcial em um colégio particular e se dedicou durante seis anos aos estudos intensivamente na tentativa de ingressar no Curso de Medicina da Universidade Federal. Sua família investia muito em seus estudos e esperava um retorno positivo. Uma de suas irmãs contraiu uma doença grave, cujo nome o acadêmico não quis citar durante a entrevista. A família investiu

todos os recursos disponíveis na tentativa de encontrar a cura, mas sua irmã não resistiu e veio a falecer. A mãe entrou em depressão e atualmente faz uso de medicação controlada. Atualmente o pai é trabalhador autônomo. A outra irmã trabalha informalmente auxiliando um político e A. M. oferece aulas particulares de português e matemática para auxiliar no pagamento das despesas do lar. Residem em casa cedida por um amigo da família. (Diário de Campo, 2006)

Hoje, A. M. está dentro do perfil do candidato bolsista, mas por não ter cursado os três últimos anos do ensino médio em escola pública ou em particular com bolsa integral, não pode fazer parte do número de beneficiados pelo ProUni. Foi excluído do Programa. De acordo com Helene e Horodynski-Matsushigue:

O ProUni é responsável por um efeito negativo que não tem sido considerado: ao encaminhar parte dos concluintes das escolas públicas do país para o ensino superior, contribui para reduzir a pressão pela melhora de sua qualidade. Os estudantes não aproveitados pelo ProUni serão considerados, a partir de agora, não mais vítimas de uma sistema falido, mas, sim, os responsáveis pela interrupção dos próprios estudos, pois, chances tiveram. Enfim, a velha prática de responsabilizar a vítima. (2006, p.1)

A instabilidade financeira torna-se uma constante na vida de muitos brasileiros e o trabalho informal cresce à medida que o mercado de trabalho formal se fecha.

O abalo emocional de quem pôde vivenciar os “dois lados da moeda”, ou seja, a vida com padrão elevado e a com baixo padrão, é visível. Ao se sentir “humilhado” em estar “pedindo” um auxílio para estudar A. M. demonstra o sentimento de muitos outros candidatos à bolsa de estudos do ProUni. O estudo deixou de ser um direito para tornar-se um favor. Sposati et al (apud Teixeira, 1984, p.22) nos remete à dificuldade em separar o direito de benefício: *“embora a intervenção estatal responda a pressões populares, os benefícios contidos em seus serviços são materializados como privilégios e não como direitos.* A esse respeito, Machado afirma que:

Na Constituição Federal Brasileira estão previstos direitos às populações, inseridas ou não no mercado formal de trabalho, cujas necessidades básicas não estão satisfeitas – estas populações se constituem em usuários diretos do Serviço Social. Mas, mesmo sendo direitos constitucionalmente garantidos. – saúde, alimentação, educação -, não se encontram implantados instrumentos e instituições que garantam o usufruto desses direitos. Assim, a coleta de dados tem por objetivo selecionar as pessoas ‘mais carentes dentre as mais carentes’ que poderão ter acesso aos ‘direitos’, o que, portanto, significa, no concreto que o direito não existe.(2006, p.2)

A ficha de inscrição do Programa não contempla todas as informações que os assistentes sociais necessitam para realizar uma análise de conjuntura efetiva. Apesar da utilização de outros mecanismos, outros questionamentos realizados durante a entrevista, os critérios para análise e concessão do benefício deve ser restrito à ficha de inscrição idealizada pelo Programa.

Para o Assistente Social fica a difícil missão de equacionar a miserabilidade. A grande maioria dos inscritos, enquadra-se nos critérios de elegibilidade, como o número de vagas é bem inferior ao número de inscritos, cabe àquele profissional selecionar quem é o candidato que está em situação de vulnerabilidade social mais grave.

2.3. O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROUNI NA UCDB

Em princípio, o desejo de iniciar esta discussão estava focado principalmente na afirmativa pessoal de que com a implantação do ProUni e o processo de extinção da Bolsa Social, acarretaria para a UCDB uma diminuição considerável no número de pessoas interessadas em procurar a Instituição para ingressar na educação superior.

Durante todo o período em que participamos do corpo discente dessa Universidade ouvimos os relatos dos acadêmicos que vinham em busca do benefício da bolsa social para permanecerem ou mesmo ingressarem nos cursos superiores da Universidade. Para nós a Bolsa Social se caracterizava como principal atrativo da UCDB, tendo em vista que já era reconhecido em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

Nas entrevistas realizadas com assistentes sociais, com a Diretora de Assuntos Comunitários e com a Diretora do Departamento Financeiro da UCDB pudemos constatar que o impacto foi muito além de nossa afirmativa inicial.

De acordo com a Assistente Social do Departamento de Apoio Comunitário: *O maior impacto que nós sentimos com a implantação do ProUni, pela experiência que já tínhamos com a bolsa social, foi à diminuição com o número de beneficiários* (Entrevista 02, 2006).

Em média semestralmente, a Bolsa Social conseguia beneficiar 1000 acadêmicos que já estavam na Instituição. Com o ProUni a Universidade tem que aceitar candidatos que vem de fora. *A comunidade interna acadêmica mesmo acabou ficando prejudicada e o programa não contempla a todos* (Entrevista 02, 2006).

Para a Diretora do Departamento Financeiro, o maior impacto da implantação do Programa na UCDB foi:

A maioria dos bolsistas do ProUni é de 100%. Agora dentro dos alunos do ProUni a inadimplência é alta. Uma média mensal de 30% 35%. O aluno que tem 50% muitas vezes ele não consegue pagar nem com os 50% de bolsa. A situação de carência é muito grande. Podemos pensar que se tivesse oferecido a bolsa para algum aluno que tivesse condições de pagar...Porque a Universidade Particular ela sobrevive da mensalidade. Ela não pode ficar ofertando bolsa, bolsa, bolsa...não existe só a filantropia. As instituições particulares precisam arrecadar.(Entrevista 03, 2006).

Com relação à diminuição do número de acadêmicos que procuram a UCDB por saberem que não há mais a possibilidade da concessão da Bolsa Social, a mesma entrevistada afirma:

Com certeza, já sentimos isso, que a demanda vem caindo em alguns cursos e essa queda em muitos casos está atrelada ao ProUni. Os alunos que não vêm chance; muitos alunos ligam na época de vestibular, de inscrição, de matrícula, principalmente de vestibular; ligam perguntando se a Universidade oferece bolsa e quando você fala: não a Universidade só está trabalhando com o ProUni, a maioria 'cai fora'. Nós temos perdido alunos em função do Prouni. O que para nós é ruim. Porque eu tenho que ter em uma sala 40 ou 50 alunos, mas eu consigo uma sala com 30. Destes pelo menos 5 tem o ProUni. E o resto? Alguns conseguem pagar, outros não. A Universidade fica amarrada. Assim, poderíamos colocar mais alunos em sala de aula com percentuais de bolsa...não precisa ser 100%,mas que ajudariam a aumentar a arrecadação e hoje acabamos ficando sem, porque o pessoal não entra. (Entrevista 03, 2006)

Para a Diretora de Assuntos Comunitários é difícil afirmar tal situação tendo em vista que não houve nenhuma pesquisa sobre essa questão:

Não teve uma pesquisa sobre isso mas eu acredito que não...talvez alguns alunos sim, mas nunca tinha pensado em alguns alunos não virem mais porque não tem a Bolsa. Agora pensando assim, pode ser que alguns até desistam...tenta o ProUni, aí não é chamado no ProUni...aí ele sabe que não tem a bolsa, aí ele nem vem prestar o vestibular. Pode ter sim. Eu sei que aqui tem um grande número de alunos que chegam no 1º semestre e procuram para ver se conseguem algum benefício, não consegue o ProUni e a gente não tem como ajudá-los e antigamente a gente tinha uma margem maior para poder trabalhar. A gente atendia um número de alunos maior, porque a bolsa do ProUni é 100% tem a de 50% mas a gente nem está optando por ela, é a bolsa fechada 100%. Você acaba não atingindo o n° de alunos que você gostaria de ajudar ou alguém desesperado. A via do ProUni passa a ser aquele para uma determinada parcela da população e por exemplo, esses casos que a gente colocou, de uma família que tinha uma condição de vida melhor, e principalmente por ter estudado em escola particular ou às vezes, bolsistas parciais, conseguiram uma bolsa parcial de 80%. Ele teve que pagar só os 20% na escola particular. Ele já está excluído do Programa.(Entrevista 03, 2006)

Todos os entrevistados concordam que o maior impacto da implantação do ProUni na UCDB foi a redução do número de beneficiados. A maioria deles também acredita que o Programa deveria rever a ficha de inscrição para melhoria nos dados, e a questão da regionalidade deveria ser considerada. De acordo com uma das Assistentes Sociais entrevistadas:

O Programa não considera as particularidades regionais, ele é um Programa como nós conhecemos um Programa guarda-chuva, ele tem um critério fechado e único, de norte ao sul do país, ele não olha as diferenças regionais, lá no nordeste eu tenho uma característica de uma população, no seu nível social político e econômico, no sul eu tenho outra, no centro-oeste outra, no norte eu tenho outra, então é muito difícil no Brasil trabalhar com políticas públicas não levando em consideração as particularidades regionais. No Prouni não é diferente, então, no quesito “análise socioeconômica”, é também muito restrito o questionário deles.(Entrevista 01,2006)

Como considerar um Programa “Guarda-chuva” para uma sociedade tão diferenciada como a brasileira? Como caracterizar as particularidades regionais sem colocar à margem novas demandas de beneficiários? Além disso, o número de candidatos ao acesso à educação superior diminuirá na UCDB com a inserção do ProUni e extinção da Bolsa Social?

Estas questões deverão ser analisadas a longo prazo, por meio de dados estatísticos que serão levantados pelo Departamento de Apoio Comunitário da UCDB. Podemos inferir

que o principal impacto da implantação do ProUni na UCDB é a diminuição de atendimento aos acadêmicos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, mas este princípio de outros impactos que poderão transformar ainda mais a realidade da UC Universidade Comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiados na prática cotidiana do estágio supervisionado realizado no Departamento de Apoio Comunitário da Universidade Católica Dom Bosco, pretendemos levar o leitor a refletir sobre a efetividade do ProUni – Programa Universidade Para Todos como uma política pública de educação superior. É fato que este Programa caracterizou-se para muitos alunos carentes como a única possibilidade de acesso à educação superior, mas ele precisa ser modificado. Implantado sob “pilares” democráticos, não oferece às universidades privadas (sem fins lucrativos, comunitárias e filantrópicas) a oportunidade de conciliarem o referido Programa com os projetos e/ou programas já desenvolvidos nestas universidades e que auxiliavam os acadêmicos na manutenção de suas mensalidades e inserção nas atividades extraclasse.

A inserção de profissionais da área social na elaboração de projetos e /ou programas governamentais seria uma forma de minimizar as falhas dos referidos programas. Com olhar abrangente, por meio da visão dialética o profissional estaria preparado para realizar as metas dos novos programas sem afetar aqueles que já contribuía para determinada ação.

Com uma visão mais ampla e realmente democrática, as propostas estariam concretamente voltadas para a inclusão social, reconhecendo atividades e atores sociais que já desenvolvem em sua região a inclusão social.

Se por um lado, o ProUni regulou a situação de algumas instituições de educação superior que não realizavam a filantropia por outro, desregulamentou àquelas que já vinham oferecendo benefícios reconhecidos aos seus acadêmicos.

Anteriormente à implantação do ProUni havia a oportunidade, no caso da UCDB, de o acadêmico que apresentasse situação socioeconômica vulnerável de pleitear um desconto nas suas mensalidades por meio da Bolsa Social.

O ProUni passa a ser a única via de acesso à universidade para os acadêmicos com situação vulnerável. O que poderia ser mudado?

1. O Governo deveria realizar uma fiscalização efetiva para regular a situação de filantropia das universidades, para depois apresentar um Programa de tal plenitude;

2. A criação de Comissões que acompanhassem o trabalho das IES permitiria ao governo federal uma visibilidade mais ampla da situação cotidiana das universidades. Em se comprovando o direcionamento correto da filantropia deveria haver uma análise de conjuntura a fim de detectar qual Programa incluiria mais a comunidade acadêmica, aquele já realizado pela universidade ou o proposto pelo governo.

3. A inserção de mais profissionais da área social na formulação, implantação e acompanhamento de políticas públicas sociais e educacionais, como medida preventiva para uma melhor execução das mesmas;

4. Uma discussão mais ampla e efetiva com a comunidade que será afetada. Os acadêmicos deveriam ter sido consultados a respeito da implantação do Programa e deveriam ter a possibilidade de optar pelo melhor Programa;

5. A modificação nos critérios de elegibilidade com uma ficha de inscrição mais detalhada que possibilitasse aos mediadores das instituições uma análise mais rigorosa e complexa da conjuntura na qual o candidato está inserido.

Este trabalho é apenas o princípio de uma realidade que está em constante modificação. Os primeiros reflexos da implantação do ProUni na UCDB puderam ser explicitados, mas este Programa tem aspectos a serem considerados a longo prazo e portanto, necessita de um acompanhamento para identificarmos precisamente seus aspectos como política pública efetiva ou não. É nesta perspectiva que este Trabalho de Conclusão de Curso pretende levar à reflexão, instigando uma visão crítica sobre as políticas públicas no Brasil, com ênfase para as políticas sociais.

REFERÊNCIAS

A) Livros, Artigos, Teses e Legislações.

ALDÉ, Lorenzo. **Política de cotas: o nó da questão. Porque a polêmica está longe de encerrar.** In: www.olped.net. [Acesso em 25/08/2006]

BITTAR, Mariluce. **Universidade Comunitária: uma identidade em construção.** Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal. São Carlos, 1999.

BOMFIM, Eduardo. **O multiculturalismo.** In: www.lpp-uerj.net. [Acesso em 15/06/2006]

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais. **Sinopse estatística da educação superior – 2001.** Brasília: O Instituto, 2002. p. 11; 237; 299.

_____. Lei n. 11.096 de 13 de Janeiro de 2005. Ministério da Educação. Brasília/DF: Senado, 2005.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Portal do ProUni. In: www.mec.gov.br. [Acesso em 20/08/2006]

CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior.** In: www.tvebrasil.com.br. [Acesso em 25/04/2006]

COLLAÇO, Flávio Roberto e NEIVA, Cláudio Cordeiro. **Discursos governamentais contestáveis (ProUni).** In: www.olped.net. [Acesso em 15/08/2006]

DEMO, Pedro. **Educação, Cidadania e Política Social.** 3. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

ESTEVAM, Pedro. **ProUni põe MEC a reboque do Banco Mundial.** In: www.cabdireitofba.br. p.1-2. [Acesso em 09/04/2006].

GARCIA, Joana. **Política Social e Serviço Social:** contextos distintos, desafios semelhantes. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.86. Ano XXVII. São Paulo: Cortez,2006. p. 5-29

HELENE, Otaviano e HORODYNSKI-MATSUHIGUE, Lighia B. **ProUni: o Brasil merece mais que isso.** In: www.olped.net. [Acesso em 15/08/2006]

JOSÉ, Rogério. **ProUni: a polêmica inclusão de negros e indígenas nas universidades privadas.** In: www.olped.net. [Acesso em 15/08/2006]

JUNIOR, João dos Reis Silva e SGUISSARDI, Valdemar. **A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público.** In: Revista Brasileira de Educação. N. 29. São Paulo, maio/jun/jul/ago 2005,p.2-27.

MACHADO, Ednéia Maria. **Investigação; instrumento de trabalho do Assistente Social.** In: www.assistentesocial.com.br. [Acesso em 22/06/2006]

MARTINS, José Pio. **O ProUni e a arte do possível.** In: www.olped.net. [Acesso em 25/08/2006]

SOFIATTI, Teresa Ana. **Bolsas de estudo como instrumento de viabilização do acesso e da permanência do aluno economicamente carente em instituição superior particular de ensino.** Bauru/SP: USC, 1995.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et all. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VANNUCCHI, Aldo. **Entrevista.** In: Comunitárias. Revista da ABRUC. Ano IX. N.27. Ago/Out., 2003. p. 6.

_____. **Universidade Comunitária: o que é e como se faz.** São Paulo: Loyola, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Uma proposta inovadora: o público não estatal.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.86. Ano XXVII. São Paulo: Cortez, 2006. p.78-89.

B) Documentos

MAIA, Suzanir Fernanda. **Relatório de Diagnóstico Institucional II.** UCDB: Campo Grande – MS, 2006.

_____. **Diário de Campo.** UCDB: Campo Grande – MS, 2005 e 2006.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO. **Regimento Geral da Universidade Católica Dom Bosco.** Campo Grande/MS, 2004.

_____ **Relatório das Atividades Benéficas, Comunitárias e de Extensão.** Campo Grande/MS, 2004.

_____ **Regulamento Geral de Bolsas de Estudos na Universidade Católica Dom Bosco.** Campo Grande/MS, 2004.

C) Entrevistas

01- Diretora de Assuntos Comunitários da UCDB – 27/08/2006.

02 – Assistente Social do Departamento de Apoio Comunitário da UCDB – 24/07/2006

03 – Coordenadora do Departamento de Apoio Comunitário da UCDB – 25/07/2006.

04- Diretora do :Departamento Financeiro da UCDB – 03/08/2006

ANEXOS